



# PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

## BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 174 - JANEIRO DE 2024

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	4

#### LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	5
Decretos.....	8

#### PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	11
Pareceres.....	12

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
Márcio Luiz Fogaça Vicari  
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA  
ASSUNTOS JURÍDICOS  
André Emiliano Uba



## LEIS ORDINÁRIAS

**LEI Nº 18.746****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera o art. 3º da Lei nº 12.854, de 2003, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais, para prever a celebração de convênios com os hospitais veterinários e clínicas veterinárias, públicos e privados, para o atendimento e o tratamento de animais em situação de abandono. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.747****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.748****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Institui o Dia Estadual das Associações de Amigos do Autista (AMAs) e da Federação das AMAs de Santa Catarina (Feamas/SC) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.749****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para o fim de instituir a Semana de Conscientização dos Relacionamentos Abusivos, a ser celebrada anualmente no mês de junho. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.750****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 13.136, de 2004, que “Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD)”, para isentar a pessoa com deficiência, nas condições que especifica. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.751****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Institui o Dia Estadual do Motoclubismo, relativo aos Motoclubes e aos Motogrupos e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado” para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.752****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que “Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios Catarinenses”, com a finalidade de denominar o Município de São João do Sul como a Capital Catarinense do Carro de Boi. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.753****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a divulgação de lista de espera para vagas nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.754****23 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para o fim de dispor sobre o Aeroporto Ricardo Sell Wagner, no Município de Correia Pinto. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.755****29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 16.794, de 2015, que “Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências”. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.756****29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Veda a utilização de verba pública em produtos, serviços, espaços ou eventos que promovam, de forma direta ou indireta, a sexualização de crianças e adolescentes, com conteúdos impróprios ao seu desenvolvimento psíquico, no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.757****29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Institui o Programa Estadual de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.758****29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Institui o “Junho Verde”, mês dedicado a ações voltadas à sensibilização, conscientização e educação ambiental, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as Leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para incluir a referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.759****29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Institui o Dia Estadual do Gado à Base de Pasto, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.760****29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que “Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses”, para incluir, no Vale da Produção, os Municípios de Irani, Itá e Seara. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.761****29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Institui o Dia Estadual do Movimento “Mães que Oram pelos Filhos”, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.762****30 DE NOVEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação Mente Livre - Prevenção e Proteção à Saúde Mental, de Criciúma, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para neste fazer constar o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.763****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a lei nº 17.292, de 2017, que consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, para assegurar à pessoa com deficiência o direito de ingressar e permanecer com cão-guia e cão de assistência em locais públicos, em estabelecimentos privados abertos ao público, em meios de transporte ou locais de promoção, proteção e recuperação da saúde e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 18.764****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o julho dourado, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação (pets) e a importância da prevenção de zoonoses, a ser realizado anualmente no mês de julho, e altera o anexo único da lei nº 18.531, de 2022,

## LEIS ORDINÁRIAS

que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do estado de santa catarina e estabelece o calendário oficial do Estado, para incluir a referida data alusiva no calendário oficial do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.765****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Clube de Xadrez, de Brusque. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.766****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica Amigos do 25º Batalhão, de Navegantes, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.767****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação 20 Falar de Jesus e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.768****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação de Pesquisa e Extensão em Educação de Joinville (APEEJ) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.769****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Pegasus, de Porto Belo e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.770****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Lírios do Campo (GELC), de Cunha Porã, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para neste fazer constar o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.771****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Seis Caneco - 6 Caneco, de Sombrio, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome da Associação Cultural e Esportiva Seis Caneco - 6 Caneco. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.772****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Guarany, de Jaraguá do Sul e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.773****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Tênis de Mesa Pouso Redondo (ATEMPRE). [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.774****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação do Centro Catarinense de TAEKWON-DO para All International Taekwon-Do Federation - Brasil, de Florianópolis. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.775****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação de Famílias e Apoiadores de Equoterapia do Alto Vale do Itajaí (Equovali), do Município de Rio do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de

2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.776****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Núcleo Escolar José João Heck, de Angelina, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.777****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Grupo Escoteiro Pomerano. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.778****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública o Seletto Esporte Clube, de Guaramirim, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.779****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Suçuarana, de Balneário Camboriú, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 18.780****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis, para Associação Florianópolis e Região de Esclerose Múltipla (AFLOREM/SC). [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 378

**30 DE NOVEMBRO DE 2023**

Autoriza o Poder Executivo a realizar aquisição de imóvel no Município de Joinville. [\(Inteiro teor\)](#)

linha. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 382

**4 DE DEZEMBRO DE 2023**

Regulamenta a Medida Provisória nº 260, de 2023, que institui o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC). [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 383

**5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Regulamenta a Lei nº 18.096, de 2021, que institui o Programa RECOMEÇA SC e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 386

**8 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Anexo Único do Decreto nº 2.141, de 2022, que aprova a Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 387

**8 DE DEZEMBRO DE 2023**

Introduz a Alteração 4.691 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 390

**12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Nomeia membro representante do Estado de Santa Catarina no Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 392

**14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 1.098, de 2021, que institui o Laboratório de Inovação do Governo do Estado de Santa Catarina (NIDUS) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 395

**15 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 399

**20 DE DEZEMBRO DE 2023**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, sem encargo, de imóvel no Município de Forquilha.

**LEI Nº 14.745****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.746****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Confere o título de Capital Nacional das Águas ao Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.747****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.748****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.749****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Dia Nacional da Doceira. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.750****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.751****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.752****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), para disciplinar o caso de abandono do processo pelo defensor. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.753****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.754****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.755****15 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.756****15 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.757****19 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.758****19 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.759****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.760****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e das Mulheres, crédito suplementar no valor de R\$ 25.891.727,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.761****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 11.639.590,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.762****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 4.167.554,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.763****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 129.908.544,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.764****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 50.785.329,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.765****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Concede pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.766****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.767****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.768****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.769****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o dia 19 de maio como o Dia Nacional do Físico. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.770****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.771****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 185.200.000,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.772****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A. e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., crédito suplementar no valor de R\$ 19.519.660,00, para reforço de

dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.773****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 393.000.000,00, para o fim que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.774****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Cidades e de Portos e Aeroportos, crédito especial no valor de R\$ 573.005.655,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.775****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 387.140,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.776****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R\$ 10.950.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.777****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 5.087.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.778****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 3.143.559,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.779****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., da Petróleo Brasileiro S.A., da Petrobras International Braspetro B.V., da Petrobras Biocombustível S.A., da Indústrias Nucleares do Brasil S.A., da

Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia Docas do Ceará, da Companhia Docas do Pará e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, crédito suplementar no valor de R\$ 398.100.272,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.780****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A., da Companhia Docas do Rio de Janeiro e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, crédito especial no valor de R\$ 70.917.827,00, para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.781****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito suplementar no valor de R\$ 65.037.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.782****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 405.538.500,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.783****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 869.013.628,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.784****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o caput do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.785****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e

a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999. [\(Inteiro teor\)](#)

outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.786****28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte). [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.787****28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para prorrogar o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.788****28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para aplicar o prazo constitucional de vigência dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus e de áreas da Amazônia Ocidental. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.789****29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.790****30 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**LEI Nº 14.791****29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá

**DECRETO Nº 11.812****4 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre o pagamento do Auxílio Extraordinário destinado a pescadores e pescadoras profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro Defeso cadastrados em Municípios da Região Norte, de que trata a Medida Provisória nº 1.192, de 1º de novembro de 2023. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.813****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a realização, no exercício de 2024, de despesas inscritas em restos a pagar não processados no exercício de 2022, provenientes de transferências voluntárias. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.814****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.815****5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis e o seu Comitê Gestor Interministerial. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.816****6 DE DEZEMBRO DE 2023**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Agência Brasileira de Inteligência, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.817****8 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, firmado em Brasília, em 17 de julho de 2015. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.818****11 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.819****11 DE DEZEMBRO DE 2023**

Regulamenta o disposto no inciso XX do caput do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para vedar o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.820****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.821****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.822****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.823****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União, e anistia dívidas de entes públicos federais junto à Imprensa Nacional. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.824****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Controladoria-Geral da União, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.825****12 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017, que dispõe sobre o processo de inventariação do Fundo Nacional de Desenvolvimento. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.826****14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 55.079.182,00. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.827****14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 10.425, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e sobre o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.828****14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.829****14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.830****14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.831****14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui a Comissão Gestora do Sistema Integrado de Comércio Exterior. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.832****14 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, para delegar aos Ministros de Estado do Trabalho e Emprego e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte competência para aprovar os orçamentos das entidades que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.833****15 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre o Conselho Nacional da Juventude. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.834****19 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, firmado em Amã, em 4 de março de 2018. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.835****20 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o Decreto nº 10.707, de 28 de maio de 2021, para dispor sobre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. [\(Inteiro teor\)](#)



**DECRETO Nº 11.836****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.837****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre o compartilhamento de serviços de suporte administrativo de que tratam os § 2º e § 3º do art. 50 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e institui o Centro de Serviços Compartilhados e o Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.838****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 5.577.000,00. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.839****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Regulamenta o art. 29 e o parágrafo único do art. 31 da Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, para dispor sobre a reserva de vagas para indígenas e a comprovação de experiência em atividades com populações indígenas, nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.840****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.841****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Regulamenta os incisos IV, XIII e XIV do caput e o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, para dispor sobre a cooperação das guardas municipais com os órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.842****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Conselho Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.843****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.844****21 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.485, de 6 de abril de 2023, que institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.845****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.846****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Concede indulto natalino e comutação de penas e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.847****22 DE DEZEMBRO DE 2023**

Amplia, no Orçamento Fiscal da União, a dotação da ação 00W2 - "Integralização de Cotas pela União em Fundo Privado com o Objetivo de Custear e Gerir Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio", no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Ministério da Educação, no valor de R\$ 6.000.000.000,00. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.848****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Convoca a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.849****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Comitê Técnico Interministerial de Cultura e Educação. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.850****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a Medalha "Mérito da Saúde Major-Brigadeiro ngelo Godinho dos Santos" e altera o Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de

1956, que regula o uso das condecorações nos uniformes militares. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.851****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.852****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura - ProAqui. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.853****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui o Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes e o seu Comitê Gestor. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.854****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 10.732, de 28 de junho de 2021, que institui o Comitê da Serra da Barriga. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.855****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre termos de compromisso relativos às transferências obrigatórias de recursos da União para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.856****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.857****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo de Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, firmado em Maputo, em 11 de maio de 2017. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.858****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, firmado em Brasília, em 26 de abril de 2010. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.859****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Bra-

sília, em 23 de novembro de 2017. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.860****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, firmado em Lima, em 11 de dezembro de 2009. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.861****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, firmado em Brasília, em 16 de setembro de 1999. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.862****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, firmado em San Marino, em 31 de março de 2016. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.863****26 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul acerca de Coproduções Audiovisuais, firmado em Brasília, em 13 de setembro de 2018. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.864****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.865****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmado pela República Federativa do Brasil em Nova Iorque, em 2 de fevereiro de 2011. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.866****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Promulga o texto modificado do Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.867****27 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019, para dispor sobre o Programa de Prote-

ção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas e o seu Conselho Deliberativo. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.868****28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Amplia, no Orçamento Fiscal da União, a dotação da ação 0E54 - "Participação da União no Capital do Banco do Nordeste do Brasil - BNB", referente à Administração Direta do Ministério da Fazenda, no valor de R\$ 900.000.000,00. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.869****28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento e Orçamento, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.870****28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.871****29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.872****29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.873****29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**DECRETO Nº 11.874****29 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos,

e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

**PORTARIAS****PORTARIA GAB/PGE Nº 117/2023****04.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio do art. 4º, inc. II, alínea “a” do Decreto nº 1860, de 13 de abril de 2022,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores GIGLIOLA ARAÚJO SIQUEIRA DA COSTA, Gerente de Apoio Operacional, matrícula nº 954.014-8-01, MARCELO ANTÔNIO MATOS, Agente de Segurança Socioeducativo, matrícula nº 251.194-0-01, DIEGO FERNANDES BRIGIDO, Motorista, matrícula nº 359.397-5-02, GUSTAVO FERRER MONTEIRO DIOGO, Administrador, matrícula nº 954.770-3-01, e suplentes FÁBIO HENRIQUE CAMISÃO, Contador, matrícula nº 950.792-2-02, JUCÉLY COELHO, Técnico em Atividades Administrativas, matrícula nº 953.249-8-01 para, sob a presidência da primeira e, na ausência desta, do segundo, comporem a COMISSÃO CENTRAL a fim de proceder o Levantamento, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização, Exaustão, Inventário e Baixa dos Bens Móveis de caráter permanente e de consumo da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2023.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAB/PGE nº 154/2022.

**MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI****Procurador-Geral do Estado****PORTARIA GAB/PGE Nº 118/2023****13.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 5/2023, publicada no DOE de 11/01/2023, e conforme consta dos autos do processo PGE 9668/2023,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada a Portaria GAB/PGE nº 40/2022, de 08.02.2022, que autorizou JULIO CESAR MARTINS, Técnico em Atividades Administrativas, matrícula 390.836-4-03, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EZEQUIEL PIRES****Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos****PORTARIA GAB/PGE Nº 119/2023****20.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º

da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica dispensada de atuar no Núcleo de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado (NAG) a Procuradora do Estado Lígia Janke, matrícula nº 616.839-6-01.

Art. 2º Esta Portaria produz efeitos a contar de 20 de novembro de 2023.

**MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI****Procurador-Geral do Estado****PORTARIA GAB/PGE Nº 120/2023****20.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam designados para atuar no Núcleo de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado (NAG) os Procuradores do Estado Gabriel Pedroza Bezerra Ribeiro, matrícula 616.825-6-01 e Felipe Wildi Varela, matrícula 385.832-4-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20 de novembro de 2023.

**MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI****Procurador-Geral do Estado**

PARECERES

**PARECER Nº 536/2023-PGE**

**Referência:** SCC 15389/2023

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei no 0220/2023

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

Pedido de diligência. Projeto de Lei no 0220/2023, de iniciativa parlamentar, que “Institui o Estatuto do Portador de Diabetes, no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. 1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo sobre organização e funcionamento da Administração Pública (CRFB, arts. 61, § 1o, II, “e” e 84, VI, “a”; CESC, art. 50, § 2o, VI e 71, IV, “a”). 2.

Inconstitucionalidade material. Violação ao princípio da separação dos poderes, na vertente da reserva de administração (CRFB, art. 2o; CESC, art. 32). 3. Inconstitucionalidade formal orgânica. Ofensa à autonomia municipal. CRFB, art. 18. 4. Inconstitucionalidade da proposição em sua integralidade.

**PARECER Nº 540/2023-PGE**

**Referência:** SCC 00015281/2023.

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei no 349/2021.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

**Autor:** Zany Estael Leite Júnior

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 349/2021, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEGs) e da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (FECONSEG/SC) e seus filiados, reconhece o relevante interesse coletivo e a importância social das obras e dá outras providências”. 1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado (art. 50, §2o, inciso VI, da CESC/1989). 2. Inconstitucionalidade material. Violação do princípio da separação dos poderes (art. 32 da CESC/1989). 3. Inconstitucionalidade formal orgânica. Usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito civil (art. 22, inciso I, da CRFB/1998). 4. Inconstitucionalidade formal e material.

**PARECER Nº 546/2023-PGE**

**Referência:** SCC 16214/2023.

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 417/2023.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

**Autor:** Zany Estael Leite Júnior

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 417/2023, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a criação do ‘Selo de Conformidade Digital’ para empresas que atuam no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Competência legislativa concorrente. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização sobre produção e consumo. 4.

Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER Nº 547/2023-PGE**

**Referência:** SCC 15386/2023

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei no 076/2023

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** André Doumid Borges

Pedido de Diligência ao Projeto de Lei no 0076/2023, que “Veda o aumento injustificado do preço de produtos e serviços essenciais durante a decretação de estado de calamidade pública, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Constitucionalidade formal orgânica. Competência concorrente do Estado para legislar com a União sobre consumo (art. 24, V e VIII, da CF/88 e art. 10, V e VIII, da CE/SC). Constitucionalidade formal subjetiva. Ausência de violação ao princípio da separação dos poderes e à iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 61, §1o, CF/88 e art. 50, §2o, da CE/SC). Repercussão Geral. Tema 917.

Obrigação indiretamente criada ao Poder Executivo que se insere dentro das atribuições previstas no âmbito do PROCON/SC. Constitucionalidade material.

Defesa do consumidor como princípio constitucional da atividade econômica (art. 170, V, da CF/88). Dever do Estado relativo à defesa do consumidor (art. 150, da CE/SC). Proposta legislativa em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, que veda práticas abusivas (art. 39, V e X). Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

**PARECER Nº 550/2023-PGE**

**Referência:** SCC 16861/2023

**Assunto:** Autógrafo do Projeto n. 45/2023

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

Autógrafo. Projeto de Lei n. 45/2023, de iniciativa parlamentar, que “Altera o inciso IX do art. 124-C da Lei no 14.675, de 2009, que “Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências”, para acrescentar a meliponicultura como atividade de interesse social”. Constitucionalidade formal subjetiva.

Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado.

Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre proteção do meio ambiente. (CRFB, art. 24, VI). Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização do tema. Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

**MANIFESTAÇÃO**

**Referência:** SCC 12292/2023

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 0199/2023

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Marcos Alberto Titão

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0199/2023, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a proibição de fornecimento de produtos de plástico de uso único nos locais que especifica”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre produção e consumo e meio ambiente (CRFB, art. 24, V e VI). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização de programas voltados à proteção do meio ambiente. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER Nº 552/AAAA-PGE**

**Referência:** SCC 16388/2023

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 316/23

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 316/23, de iniciativa parlamentar, que “Acrescenta o inciso IX e altera o inciso VIII do art. 7o da Lei Complementar no 755 de 26 de dezembro de 2019 a fim de isentar do pagamento de emolumentos as pessoas jurídicas de direito privado classificadas

PARECERES

como atividades de organizações religiosas”. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Poder Judiciário para deflagração do processo legislativo. CRFB, art. 98, § 2o, art. 99, caput e § 1o. Aplicação da ADI 3629. Precedentes desta COJUR. Inconstitucionalidade da proposição.

**PARECER N° 557/2023-PGE**

**Referência:** SCC 16720/2023

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 418/23

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 418/23, de iniciativa parlamentar, que “Assegura o direito ao acesso gratuito a fraldas descartáveis à pessoa idosa e à pessoa com deficiência em situação de hipossuficiência econômica, e adota outras providências”. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo sobre organização e funcionamento da Administração Pública (arts. 61, § 1o, II, “e” e 84, VI, “a”, da CRFB, e 50, § 2o, VI e 71, IV, “a”, da CESC). Inconstitucionalidade material. Violação à separação dos poderes (CRFB, art. 2o, caput). Ausência de instrução dos autos do processo legislativo com estimativa do impacto orçamentário e financeiro da criação ou alteração de despesa obrigatória (ADCT, art. 113). Inconstitucionalidade da proposição em sua integralidade.

**PARECER N° 558/2023-PGE**

**Referência:** SCC 11563/2023

**Assunto:** Análise de minuta de anteprojeto de lei

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**Autor:** André Doumid Borges

Minuta de anteprojeto de lei que “Institui o Programa Cem Cópias Sem Custo e estabelece outras providências”. Viabilidade jurídica da proposição. Necessidade de cumprimento de diligências formais.

**PARECER No 559/2023-PGE**

**Referência:** PGE 9537/2023.

**Assunto:** Aquisições e Contratações.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE) Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Reajuste de preços. Supressão da incidência do reajuste anual relativo ao exercício de 2023. Minuta de termo aditivo que atende aos requisitos formais. Possibilidade jurídica.

**PARECER N. 560/2023-PGE**

**Referência:** SCC 17267/2023

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 13/2021

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autógrafo. Projeto de Lei n. 13/2021, de iniciativa parlamentar, que “Obriga os Cartórios de Registro Civil do Estado de Santa Catarina à comunicação ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar sobre realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 (quatorze) anos”. Constitucionalidade formal orgânica. Inocorrência de usurpação da competência privativa da União para legislar sobre registros públicos (CRFB, art. 22, XXV). Competência legislativa concorrente prevista no art. 24, XV, da CRFB, para proteção à infância e à juventude. Constitucionalidade formal subjetiva. Ausência de usurpação à iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo ou ao Tribunal de Justiça para deflagração do processo legislativo sobre organização dos serviços auxiliares. Constitucionalidade material. CRFB, art. 227, caput, e § 4o. Conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, arts. 4o e 13). Inconstitucionalidade, apenas, da parte final do §1o do art. 1o, por usurpação da competência da União para legislar sobre direito penal (CRFB, art. 22, I).

**PARECER No 562/2023-PGE**

**Referência:** SCC 16863/2023.

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 81/2023.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autógrafo. Projeto de Lei n. 81/2023, de iniciativa parlamentar, que “Institui a política de apoio aos Municípios para atendimento da população afetada por eventos adversos no Estado de Santa Catarina, denominada Resposta Imediata”. 1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo sobre organização e funcionamento da Administração Pública (arts. 61, § 1o, II, “e” e 84, VI, “a”, da CRFB, e 50, § 2o, VI e 71, IV, “a”, da CESC) 2. Inconstitucionalidade material. Violação da autonomia dos municípios (art. 110, da CESC/1989). Violação à reserva da Administração (art. 71, inciso XIV, da CESC/1989). Violação ao princípio da separação dos Poderes (art. 2 da CRFB/1988). 3. Inconstitucionalidade da proposição em sua integralidade.

**PARECER No 564/2023-PGE**

**Referência:** PGE 9625/2023.

**Assunto:** Aquisições e Contratações.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Reajuste de preços. Redução do índice de reajuste anual relativo ao exercício de 2023. Minuta de termo aditivo que atende aos requisitos formais. Possibilidade jurídica.

**PARECER No 565/2023-PGE**

**Referência:** PGE 9560/2023.

**Assunto:** Aquisições e Contratações.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Reajuste de preços. Supressão da incidência do reajuste anual relativo ao exercício de 2023. Minuta de termo aditivo que atende aos requisitos formais. Possibilidade jurídica.

**PARECER No 566/2023-PGE**

**Referência:** PGE 9662/2023.

**Assunto:** Aquisições e Contratações.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE) Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Reajuste de preços. Supressão da incidência do reajuste anual relativo ao exercício de 2023. Minuta de termo aditivo que atende aos requisitos formais. Possibilidade jurídica.

**PARECER No 567/2023-PGE**

**Referência:** SCC 17560/2023

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei no 252/2022

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autógrafo. Projeto de Lei no 252/2022, de origem parlamentar, que “Institui o Programa Esporte na Melhor Idade no âmbito do Estado de Santa Catarina”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre proteção à velhice e à saúde 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização de proteção à velhice e à saúde. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER No 568/2023-PGE**

**Referência:** SCC 16600/2023

**Assunto:** Pedido de diligência ao Projeto de Lei no 0349/2023

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Pedido de diligência. Projeto de Lei no 0349/2023, que “Revoga o inciso XI do art. 3o da Lei no 16.583, de 2015, que ‘Dispõe sobre

PARECERES

comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina', para extinguir a obrigatoriedade de apresentação de Certidão de Regularidade Técnica para o licenciamento de estabelecimentos que especifica. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre direito econômico (CRFB, art. 24, I) e direito do consumidor (CRFB, art. 24, V e VIII). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para regulamentação de atividades econômicas. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER No 570/2023-PGE**

**Referência:** SCC 17879/2023

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 083/2023

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autógrafo. Projeto de Lei n. 083/2023, de iniciativa parlamentar, que "Altera a Lei no 18.269, de 2021, que "Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", com o fim de compatibilizá-la com o processo legislativo eletrônico e com a Lei nacional no 13.019, de 2014, "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC)". 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria que se insere entre o plexo de competências dos Estados-membros, nos termos do art. 25, §1o, da CRFB. Competência legislativa concorrente (CRFB, art. 24, incisos VI, IX, XII, XIII, XIV, e XV, da CRFB). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização do procedimento para qualificação como entidade de utilidade pública estadual. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

**PARECER No 571/2023-PGE**

**Referência:** PGE 8837/2023

**Assunto:** Dispensa de Licitação

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Análise do processo de contratação. Hipótese prevista no artigo. 75, IX, da Lei n. 14.133/2021. Dispensa. Instrução do processo. Observância do artigo 72, da Lei n. 14.133/2021, e do Decreto Estadual n. 30/2023. Análise do caso concreto. Indicações de caráter geral. Possibilidade jurídica

ca da realização da contratação direta.

**PARECER No 573/2023-PGE**

**Referência:** SCC 17553/2023

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 393/2023

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

**Interessada:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autógrafo. Projeto de Lei n. 393/2023, de iniciativa parlamentar, que "Autoriza o controle populacional e o manejo sustentável do javali-europeu (Sus scrofa) em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento, no Estado de Santa Catarina". Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras. CRFB, art. 225, §1o, I e VII. Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Competência comum administrativa para preservar a fauna. Norma de cooperação definida por Lei Complementar (CRFB, art. 23, VII, parágrafo único). LC 140/2011. Distribuição de competências administrativas, à União para controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre em vida livre (art. 7o, XX). Aos Estados, para o controle de apanha de espécimes da fauna silvestre destinadas à implantação de criadouros e à pesquisa científica, assim como a aprovação do funcionamento dos criadouros (art. 8o, VIII e XIX). Inconstitucionalidade formal. Competência legislativa concorrente em matéria de fauna e proteção do meio ambiente. Competência da União para editar normas gerais (CRFB, art. 24, VI e XII, §§ 1o e 2o). Lei de Proteção à Fauna. Lei n. 5.197/67, art. 1o, § 1o e 3o. Norma geral. Fauna silvestre. Tutela da União. Proibição de caça profissional. Autorização excepcional de caça, esportiva ou de controle, pela União. Caracterização de nocividade pelo órgão competente. Lei n. 9.605/98, art. 37, IV. Interferência, no caso de autorização de caça com arma de fogo, em competência exclusiva da União sobre material bélico (CRFB, art. 21, VI, ADI 2035, e Lei n. 10.826/2003). Inconstitucionalidade formal orgânica. Instrução Normativa 03/2013, do IBAMA. Autorização de controle e caça do javali. Portaria FATMA no 116/2016. Portaria no 197/2023 IMA/SAR/CPMA/CAO-AGRO. Plano de Manejo e Controle do Javali. Inconstitucionalidade formal do projeto em sua integralidade.

**PARECER No 576/2023-PGE/COJUR/SEF**

**Referência:** SIE 3189/2023

**Assunto:** Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito

**Origem:** Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE)

Contrato de financiamento mediante abertura de

crédito a ser celebrado entre o BNDES e o Estado de Santa Catarina. Financiamento do Programa Estrada Boa. Projetos de infraestrutura rodoviária. Operacionalização de garantia por meio de Pacto Adjetivo. Recursos originários do Fundo de Participação Estadual (FPE) e do Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPI-Exportação). Autorização legislativa prevista na Lei Estadual no 17.186, de 2017. Observância ao disposto no art. 32 da Lei Complementar no 101, de 2000, e na Resolução do Senado Federal no 43/2001. Verificação de limites e condições para a realização da operação de crédito realizada pelo Ministério da Economia por meio do Ofício Circular SEI no 2200/2023/MF. Ausência de óbices jurídicos ao prosseguimento da minuta. Necessidade de análise e aprovação pelo PGE.